

PRIMEIRO TURNO

Senado aprova proposta de fim da prescrição para crimes de estupro

Texto ainda precisa passar por nova votação antes de seguir para apreciação da Câmara

▄ O Senado aprovou por unanimidade ontem, em primeiro turno, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que torna imprescritível o crime de estupro.

Quando um crime prescreve, o agressor não pode mais ser processado nem punido pelo crime que cometeu. Atualmente, o prazo de prescrição para o estupro varia de acordo com a forma que o crime foi praticado, podendo chegar a 20 anos. Caso a vítima seja menor de 18 anos, o prazo de prescrição passa a ser contado a partir do ano em que a vítima completou 18 anos.

A PEC, de autoria do senador Jorge Viana (PT-AC), ainda precisa passar por uma nova votação no Senado antes de seguir para a análise da Câmara dos Deputados, onde também terá de ser aprovada em dois turnos por se tratar de uma alte-



EDSON CHAGAS - ARQUIVO

A maior parte das vítimas de estupro é mulher. Proposta possibilitaria denúncia delas em qualquer tempo

ração constitucional. Se isso acontecer, o texto seguirá à promulgação.

“Com essa proposta, não cessa o direito de ação de a mulher, a qualquer momento, denunciar e exigir provi-

dências para a punição do seu agressor, o estupro”, afirmou a relatora da proposta, senadora Simone Tebet (PMDB-MS).

A parlamentar também apresentou dados do Insti-

tuto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) sobre a subnotificação de casos de estupro, crime que é cometido principalmente contra mulheres.

“Cinquenta mil casos

de estupro são denunciados por ano, estima-se que isso seria só 10% dos casos. Estamos falando de 500 mil casos de estupro tentados ou consumados no Brasil”, acrescentou Si-

DENÚNCIA

“Com essa proposta, não cessa o direito de ação de a mulher, a qualquer momento, denunciar e exigir providências para a punição do seu agressor, o estupro”

SIMONE TEBET
RELATORA

20

anos

É o tempo a que o prazo de prescrição para o estupro pode chegar.

mone Tebet.

Pela Constituição, são imprescritíveis, atualmente, os crimes de racismo e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e contra a democracia.

“Discussão abre portas”, diz juíza

▄ Para a juíza Hermínia Azoury, coordenadora estadual de enfrentamento à violência doméstica e familiar, a PEC que torna imprescritível o crime de estupro é muito válida.

Segundo a juíza, o estupro é um crime hediondo e o Brasil é o que mais apre-

senta, no mundo, esse tipo de ocorrência e outras violências contra a mulher.

“Nossa cultura é muito machista e isso é preocupante. A luta para tornar o estupro imprescritível é antiga. Agora o agressor pode pensar duas vezes antes de estuprar uma

mulher ou uma criança. Para mim, esse é um dos piores crimes. E infelizmente o Brasil lidera nesses casos”, lamenta.

A juíza completou que podem acontecer alterações na proposta.

“Ainda é cedo para falar mais sobre a proposta. Mas

creio que a discussão abra portas para que outros crimes se tornem imprescritíveis também. Acho que o país está caminhando para aplicações mais sérias da Lei. Se a prevenção ainda é precária, que ao menos haja uma boa repressão”, disse. (Elis Carvalho)

CARLOS ALBERTO SILVA - 15/06/2016



Hermínia diz que a luta contra prescrição é antiga